



Colocação dos pronomes clíticos e o trabalho do professor de Língua Portuguesa

Possibilidades sociolinguísticas

MANOEL CRISPINIANO ALVES DA SILVA

MARCUS GARCIA DE SENE

RESUMO: Sabe-se que a Gramática Tradicional (GT), em relação à colocação dos pronomes átonos, prescreve que não se deve iniciar uma oração com pronome átono, bem como usar próclise ao verbo principal em locuções verbais. Porém, o que é recomendado pela GT não faz parte da realidade sociolinguística brasileira e, desse modo, o professor de Língua Portuguesa enfrenta um desafio muito grande, ter que ensinar regras gramaticais descontextualizadas do cotidiano discente. Assim, este artigo tem como objetivo discutir brevemente a colocação dos pronomes clíticos e práticas pedagógicas dialogadas com uma proposta variacionista, conjecturando a construção de uma pedagogia da variação linguística.

PALAVRAS-CHAVES: Variação Linguística; Pronomes Clíticos; Sociolinguística Educacional

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como base o arcabouço teórico-metodológico da Teoria da Variação e Mudança Linguística (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968]) e, ainda, tem por objetivo reportar outros estudos realizados sobre a temática e fazer um contraste entre o que é prescrito pela tradição gramatical e socializar pesquisas realizadas sobre a realidade linguística do Português Brasileiro (doravante PB) em relação à colocação dos pronomes átonos. Objetiva-se, ainda, problematizar o ensino de Língua Materna, sugerindo ao professor de Língua Portuguesa (LP) como ele deve se portar diante de fenômeno de variação e mudança linguística na sala de aula, sem deixar de trabalhar com as regras gramaticais como sugere à Sociolinguística Educacional (BORTONI-RICARDO, 2005).

SILVA, M. C. A. da; GARCIA, M. S. Colocação dos pronomes clíticos e o trabalho do professor de Língua Portuguesa: possibilidades sociolinguísticas. Ano 2, N. 1, jan.-jun., 2017. [www.falangemiuda.com.br]





2. INDÍCIOS TEÓRICOS

De acordo com Bechara (1999, p. 588), “Não se inicia período por pronome átono”, fornecendo o seguinte exemplo: “Sentei-me enquanto Virgília calada, fazia estalar as unhas [MA. 1,125]”.

Ainda, no mesmo sentido, Rocha Lima (2011) prescreve:

A posição normal dos pronomes átonos é depois do verbo (ênclise). Tal fato o período se dá: a) Quando o verbo abrir o período, ou encontrar qualquer das orações que o compõe: ordeno-lhe que saia imediatamente. Creio-o, dei-lhe o meu nome, tornei-o um cidadão útil à sociedade. (ROCHA LIMA, 2011, p. 543)

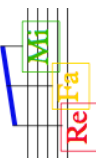
Sabe-se que a GT não é uma disciplina científica, pois, não descreve a língua como ela é, e sim como deve ser. Perini (1996, p. 22) afirma que “A falta de adequação à realidade da língua aparece quando a gramática descreve (ou “recomenda” verdadeiras ficções linguísticas [...]”. O que é prescrito pela GT a respeito dos pronomes átonos no PB podem ser considerados, conforme Perini (2005), “verdadeiras ficções linguísticas” por que não condiz com o falar do povo brasileiro.

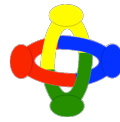
Nesse sentido, Carneiro (2016) ressalta que ao analisar a realidade sociolinguística da cidade de Feira de Santana (BA), constatou que diferentemente do que é prescrito, o português feirense dá preferência à próclise sem restrição:

O confronto das amostras de fala feirense, culta e não culta, demonstrou que não há diferenças entre as vertentes. A próclise é a opção dos falantes em todos os contextos. Os falantes cultos, na fala informal, optam pela gramática do PB, e parece não sofrer pressões do PE, aproximando-se do PB vernacular, próclítico [...] (CARNEIRO, 2016, p. 141)

Pelo exposto, um traço distintivo entre o Português Europeu (PE) e o PB é a variação da colocação dos clíticos, pois enquanto o PE dá preferência à ênclise, como é prescrito pela GT em determinados contextos sintáticos, o PB prefere à próclise sem restrições.

Neste trabalho, concordamos com as ideias de Cagliari (1992, p. 54) apud Schei (2003, p. 23) quando afirmam que o termo “átono” é inadequado quando se trata de tal fenômeno no PB, visto que “A posição de próclise permite que o pronome receba um acento tônico (o que torna





ridículo chamar esses pronomes de ‘átonos’ de antemão, que pode ser até a tônica saliente do grupo tonal”. Por isso, chamaremos “colocação dos pronomes clíticos”.

3. COLOCAÇÃO DOS PRONOMES CLÍTICOS EM SALA DE AULA: POSSIBILIDADES SOCIOLINGÜÍSTICAS

O que é prescrito pela tradição gramatical não faz parte da realidade do aprendiz brasileiro que chega à escola falando “Me dê”, “me ajude” e “vem me ver”. Desse modo, emergem alguns questionamentos: (i) deve o professor ensinar regras gramaticais que não fazem parte da realidade linguística do seu aluno? (ii) Deve-se ou não ensinar gramática na escola?. São questionamentos que permeiam o cotidiano do professor de LP e que neste texto demonstraremos alguns caminhos.

Primeiramente, é importante atentar-se ao fato de que o aluno vai à unidade escolar não para aprender falar português, como ressalta Bortoni-Ricardo (2004):

Ao chegar à escola, a criança, o jovem ou o adulto já são usuários competentes de sua língua materna, mas têm de ampliar a gama de seus recursos comunicativos para poder atender às convenções sociais, que definem o uso linguístico adequado a cada gênero textual, a cada tarefa comunicativa, a cada tipo de interação (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 75)

A escola pensando em ampliar a gama de recursos comunicativos do aluno, deve priorizar o ensino da norma de prestígio, refletindo as diferenças linguísticas e a importância de respeitá-las. Para garantir o ensino de prestígio, é papel do professor ensinar a gramática da língua, mas não como sinônimo de que estudar Português é aprender gramática, mas como um dos modos do aprendiz se inserir na cultura letrada e gozar, sobretudo, dos privilégios que as camadas mais abastadas da sociedade usufruem.

Mas o grande problema é como vai ser trabalhado a GT na sala de aula. Em princípio, o professor de LP precisa ter em mente que se tratando de língua não há erro e, mais do que isso, que ensinar gramática não é ensinar língua. Partindo desse pressuposto, a variedade trazida pelo aluno não deve ser entendida como erro, mas como um fenômeno que faz parte da língua.

É papel do docente reconhecer as variedades linguísticas que os alunos carregam para a sala de aula e respeitá-las. Para isso, tem a importante missão de acrescentar ao vernáculo do educando a norma de prestígio de maneira articulada com sua variedade. Destacando que a

SILVA, M. C. A. da; GARCIA, M. S. *Colocação dos pronomes clíticos e o trabalho do professor de Língua Portuguesa: possibilidades sociolinguísticas*. Ano 2, N. 1, jan.-jun., 2017. [www.falangemiuda.com.br]



língua é uma importante ferramenta de acessão social e que, na trajetória escolar, o educando tem como missão subir um degrau de cada vez na escada da escolarização até alcançar a famigerada norma culta.

No que tange o ensino dos pronomes, o professor deve reconhecer que a variedade falada no dia a dia e em diferentes contextos sociais, é a colocação do pronome antes do verbo, como em: “me dê dois pães” quando vão à padaria e “quero te falar um negócio” quando encontram um amigo. A partir disso, explorar de maneira consciente o que prescreve a GT em relação à colocação dos pronomes. Como sugestão de atividades, o professor deve oportunizar diferentes situações comunicativas em que a colocação do pronome deve ser adequada em relação ao esperado pela escola e o uso diário em sala de aula, fazendo o aluno reconhecer e respeitar as variedades.

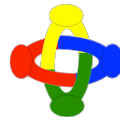
O regente deve sem sombra de dúvidas ensinar ao aluno a tradição prescritiva, pois é essa que o aprendiz vai usar quando estiver escrevendo texto que exija maior grau de monitoramento (nos exames para ingressar na universidade, por exemplo) e em situações formais em que estiver inserido (entrevista de emprego, nos seminários) para que eles não sejam vítimas de um perverso preconceito linguístico, mas conscientizá-los que a sua variedade e da sua comunidade não é erro e nem é feio, que ele pode fazer uso sem medo de estar falando errado, mas em determinados contextos, a outra norma deve ser utilizada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo visou apresentar brevemente o que é prescrito pela tradição normativa relacionado à colocação dos pronomes clíticos e, ainda, esclarecer o que propõe as pesquisas linguísticas em relação ao mesmo fenômeno. Além disso, apresentar possibilidades sociolinguísticas para o desafio diário do professor de LP em ensinar regras descontextualizadas e que não condizem com a língua materna do seu educando.

Como explicitado acima, a tradição gramatical prescreve que não é permitido iniciar as orações com pronomes clíticos e, ainda, que a próclise ao verbo principal em locuções verbais também não é reconhecida dentro da variedade prestigiada (BECHARA, 2009 e ROCHA LIMA, 2011). Nesse sentido, os gramáticos normativos demonstram ser extremamente anacrônicos e sem adequação à realidade, pois os estudos de Carneiro (2006) mostram que os falantes cultos





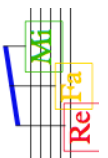
e não cultos da cidade de Feira de Santana-Ba, sendo esta comunidade de fala representante do PB, dão preferência à próclise sem restrição de contexto sintático.

Diante deste fenômeno de variação linguística, procurou-se discutir rapidamente sugestões pedagógicas e responder a algumas perguntas que permeiam o cotidiano do docente de LP, sugerindo-lhe algumas propostas pedagógicas, aspirando à construção de uma reeducação sociolinguística (BAGNO, 2007).

REFERÊNCIAS

- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: Novas Fronteiras, 2009.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?: Sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- CARNEIRO, Z. de O. N. Colocação de clíticos em orações finitas em duas vertentes do português oral feirense: um contexto não variável. In: ALMEIDA, N. L. F. de; ARAUJO, S. S. de F. A.; TEIXEIRA, E.S. P; CARNEIRO, Z, de O. N. (Org.). **Varição Linguística em Feira de Santana**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016, V.1, p. 141-174.
- PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. 2.ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática Normativa da língua portuguesa**. 49 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- SCHEI, Ane. **A colocação pronominal do português brasileiro: a língua literária brasileira**. 2 ed. São Paulo: Humanistas/ FFLCH/ USP, 2003.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, 2006. [1968]

Recebido em 17 de junho, aprovado em 27 de junho



Sobre os Autores:

Manoel Crispiniano Alves da Silva



estudante de Letras Vernáculas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), integra o grupo de pesquisa “Constituição, Variação e Mudança do/no Português Brasileiro” que tem a coordenação da Profa. Dra. Silvana Silva de Faria Araújo (UEFS). Atualmente, é bolsista FAPESB e desenvolve

trabalhos na área de Sociolinguística, com destaque para a Sociolinguística Educacional e o estudo da variação morfossintática no intercâmbio sociolinguístico entre o Português Brasileiro e o Português Angolano, buscando analisar o peso do contato linguístico entre ambas as nações.

Marcus Garcia de Sene



estradando em Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho (UNESP/FCLAr). Formado em Letras

Português/Inglês pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM/Uberaba). Membro do Núcleo de Pesquisa em Sociolinguística de Araraquara (SolAr). Atualmente, é bolsista CNPq e tem desenvolvido pesquisa sobre Sociolinguística, mais especificamente em Sociolinguística Educacional, Atitudes linguísticas e a interface entre fonologia, variação e ensino. Editor de seção da Revista Falange Miúda (ReFaMi). E-mail para contato: marcus.garcia@fclar.unesp.br